



## PREFÁCIO

A criação e edição de abertura da Revista Capim Dourado já apresenta em seu vocativo sua vocação: dialogar com a Extensão. É uma posição que conflui um fazer político e reflete sobre qual o papel do Ensino Superior na sociedade brasileira, especialmente a majoritária parcela dela que não se enxerga representada ali. A vaidade associada ao privilégio de conhecer um determinado código e seus sentidos ainda é hegemônica e alimenta a exclusão.

Preferimos, entretanto, pensar que a desinformação das comunidades acadêmicas pesa mais que qualquer decisão deliberada por este isolamento em seus muros. Muitos educadores legam essa hermeticidade de seus centros de formação. Com essa publicação periódica o ‘conhecer para quem’ se funde ao ‘conhecer com quem’ e ‘conhecer para quê?’ num projeto de valorização daqueles que insistem em integrar ensino, pesquisa e extensão diuturna e competentemente. É emblemático que este abraço e convite venham da Amazônia Legal e do Estado do Tocantins: as lutas pelas continuidades de complexas relações culturais e ecológicas ensinam todos os dias o caminho. É nessa missão que nos amparamos e é nela que a revista Capim Dourado manifesta o compromisso de integração já em seu primeiro volume.

Essa percepção é também uma das constatações nesta escolha: é necessário, cada vez mais, priorizar o saber, sistematizado ou não, daqueles que enfrentam com a própria vida os desafios de re-existir (WALSH, 2013). Sua ativação se entrelaça com o que poderia criar, para além de um compêndio acadêmico incompreensível ou vertical. A aproximação com um dos pilares concepcionais da universidade pública, a extensão, que advoga o compromisso de integrações com a comunidade que não está ali representada, é também uma das características da pesquisa. Especialmente por concebê-las a partir da recomendação de indissociabilidade entre os eixos (extensão, ensino e pesquisa), não há distinção de importância: todos são atividades-fim da Educação Superior Brasileira. As dificuldades crônicas e o desinteresse em ações de Extensão que realmente considerem a comunidade como partícipe (da criação, execução à avaliação) e não como cobaia ou receptor passivo, demonstra o tamanho do desafio em indisciplinar as ciências e os vícios de poder na Universidade (LANDER, 2005).

Interessante que essa continuidade da Extensão Universitária como retrato da imposição das geopolíticas de conhecimento, da colonialidade do saber e do ser (MIGNOLO, 2011), embora não usadas essas categorias, estava descrita na crítica de Paulo Freire, em 1971, sobre a extensão rural. A digressão se encaixa no olhar ainda manifesto nos campos científicos do saber. Começa com uma contextualização dos sentidos potenciais ou virtuais reconhecíveis etimologicamente em “extensão”: o aferir do tamanho, como se refere na arquitetura para se resignificar com a ideia de “esticar”, “levar a” explícito no emprego da economia, antropologia, etc. “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão” é o sentido aplicado à compreensão deste fazer da

educação superior: “indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação: estender *algo a*” (FREIRE, 1971). É denotada a passividade do recebedor, que receberá algo (um saber “correto”, válido) que se estende de alguém que possui o privilégio epistêmico (TLOSTANOVA; MIGNOLO, 2009). As relações associativas (usando a teoria de campos associativos de Bally, sausseriano) que Freire apresenta em relação à extensão são intuitiva e surpreendentemente dedutivos do que enfrentamos e provocamos com esta publicação.

Inspira, quando diagnostica as assimetrias tornadas banais, relações diretas com os fenômenos de dominação como o messianismo (a fé de que salvarão os dolos dos pecadores), a invasão cultural (o fardo de civilizar os bárbaros) e a superioridade (o privilégio) implícito em ambos. A colonialidade do saber/ser é impressa nos formatos/recipiente (escrita e leitura), na entrega mecânica (pressupõe obediência e robotização) e na transmissão verticalizada dos conteúdos (selecionados arbitrariamente). Ressalvemos ainda que as características dos extensionistas se vestem com a descrição do racismo epistêmico (MIGNOLO, 2009). Constitui-se, para Freire, um equívoco gnoseológico insistir nessa conveniente adesão.

A ação com efeitos disseminadores dessa inferioridade (com destinatários muito bem definidos, já que não puderam ingressar na exclusividade do saber canônico) excede, inclusive, as intenções de reparação e “benevolência”. Não se resolve com incursões e excursões assistencialistas, que garantem a certificação e a redenção pela caridade dos extensionistas, sem a preocupação da emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007). É preciso encarar a sedução do efêmero, da passagem, e do compartilhar surdo de fórmulas, nas oficinas em que se quer ajeitar o mal feito ou travestida de rodas de conversa/audiências públicas em que somente os escolhidos falam, para gerar e alimentar o endosso de argumentos.

Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com êste saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1971).

Para enfrentar esse uso inconspícuo da ideia de extensão, há um cenário político, derivado de históricas lutas no Brasil e na América Latina (SERRANO, 2013), que possibilitaram ocupar o espaço privilegiado das normativas com a inserção de parâmetros que incluam o reconhecimento de nossa incompletude (MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2010). Essa percepção de acabamento não pode ser dirigida à justificativa da ação sobre o outro, antes, de que alimentar curiosidades em espaços que considerem a disparidade dos direitos a existir para horizontalizá-los. Significa buscar alcance às gnosés liminares, o entre-pensar-fazer que encaminhe a um respeito que anseia por ouvir e aprender, não somente por garantir que seu discurso e saber tenha prevalência. É com a luta pelo processo de consolidação do papel social das

universidades, constitucionalmente, que o debate sobre a extensão canoniza a própria conceituação: “o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediados por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa”.

Embora ainda seja associada a um sustentáculo menos importante, descompromissado com a suposta rigorosidade metódica da pesquisa, a extensão como esperada é uma resposta à relevância social das investigações. E precisa ser desenhada em etapas, mecanismos de concepção, execução e validação (avaliação) que incluam os partícipes, sob arcabouços teóricos que permitam replicações. A desconfiança acadêmica com essa prerrogativa, seja pelas fragilidades formativas dos docentes, seja pelo reconhecimento de que o perfil apontado por Freire é hegemônico, impede a articulação efetiva.

A seleção de produções desta edição-gênese se concentram no impacto social causado, nas pontes científicas construídas pelos partícipes, mas principalmente, pelo recíproco envolvimento entre protagonistas. São narrativas que certamente inspirarão outras intenções e, esperamos, reforce a credibilidade para que continuem confiando neste espaço de divulgação. Priorizamos o processo de fazer, ao invés de paralisações em torno de formatos. A dinamicidade inclusiva, que permitirá mais contribuições, apesar das pressões e pressas que a própria escolha pela vida acadêmica exige.

Em “Extensão universitária envolvendo microbiologia: relato de experiência em uma escola de Santarém-PA, Brasil” um fundamento das ciências naturais ganha sentido por se tornar concreto, vivificado nas salas de aula. Ao compreender as conexões entre o mundo que não se vê e o percebido, grandes revoluções são possibilitadas, na saúde pública, por exemplo.

Conhecer mais sobre o próprio corpo e ativá-lo, valorizando o que os mais velhos já sabem a respeito, é o resultado das práticas e vivências arroladas em “Atividade física e cognição para promoção da saúde de idosos: um relato de experiência no norte do Tocantins”.

Aprofunda-se muito o efeito do saber acadêmico quando ele flui aos lugares que refletem a exclusão social em sua mais angustiante manifestação: o sistema carcerário brasileiro. É o escopo das reflexões compartilhadas em “Cadeia Pública e Universidade: articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão”.

O direito fundamental à alimentação saudável e sustentável, nos paradigmas agroecológicos, ensinam o respeito e reaproximação com a terra em “Disseminação dos Conhecimentos em Agroecologia por meio do modelo de Horta Mandala no Sul do Tocantins”.

Ainda nesta articulação entre a segurança alimentar e nutricional e seu potencial pedagógico, a experiência exitosa com profissionais muito próximos às comunidades é descrita em “Educação alimentar e nutricional com agentes comunitários de saúde de um centro de saúde comunitário de Palmas – TO: um relato de experiência”.

A complexidade entre uma vida mais integrada com o que precisamos e o consumo consciente, comprometido com as localidades, está por trás da

produtiva iniciativa apresentada em “Mercado alternativo e transição agroecológica: o caso feirinha da UFT”.

Em “Orientação profissional com jovens e adultos de uma escola pública” descobrimos um relato sobre o esforço-fim de propiciar autonomia e satisfação nas escolhas de vida de educandos em rede pública, pela disposição a ouvir e lhes apresentar opções coerentes com suas afinidades.

Tratar do protagonismo juvenil, de sua capacitada aprimorada de compreender e intervir criticamente na sociedade nordestina, especificamente paraibana, é a temática discutida em “Performances juvenis: o cotidiano dos alunos de uma escola da cidade de Cajazeiras-PB”.

Com a informação sobre processos de cura e manutenção do bem-estar ampliado, a estratégia do empoderamento que dialoga entre os espaços da educação formal se concentram os argumentos de “Promoção de saúde na escola: uma experiência interativa entre Ensino Superior e Básico em Palmas – TO”.

E a alternância pedagógica na prática dos saberes vividos na “Semana cultural da Educação do Campo: intersecções do conhecimento” ofertam aos leitores uma imersão que incita às trocas que evocamos nos objetivos da revista.

Incluem esse número dois artigos mais amplos e referenciados que tratam de ações amadurecidas, que demonstram as convergências da aplicação, em âmbito regional e a potencialidade transformadora de intervenções respeitadas. São as identidades regionais encontrando elos em “Monte do Carmo – TO: portal do Jalapão, uma proposta para a criação da Cidade-Museu” e a operacionalização dos saberes legais necessários à garantia de transparência e justo acesso à saúde pública em “Oficina jurídica na área da saúde”.

Finaliza a edição um ensaio que apresenta soluções por experimentos que replicam fluxos ecológicos controlados, inspirados nas respostas que a observação atenta aos processos naturais produzem: Utilização de leveduras antárticas em estratégias de controle biológico de doenças pós-colheita de frutos armazenados a baixas temperaturas.

A diversidade temática e qualidade dos materiais aqui compartilhados refletem o orgulho da iniciativa desta publicação, porque demonstram as formas de caminhar integralmente. Mais ainda, que os caminhos abram novos rumos e cada vez mais se compreenda que é justo e a mais racional das escolhas andar e aprender juntos! Que a leitura seja tão prazerosa como foi colaborar em organizá-las...

Equipe Editorial.